

Atraso provoca boato de fraude

O atraso na divulgação dos primeiros números da apuração no Brasil — o anúncio estava previsto para às 21h, mas só aconteceu às 3h30 da madrugada de ontem — acabou provocando um clima de suspeita no Centro de Convenções. Os representantes do PT, deputado Paulo Delgado, e do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, ficaram assustados com a falta de informações sobre o motivo do atraso e a ausência de autoridades para o acompanhamento dos trabalhos de processamento de dados. Enquanto os meios de comunicação de massa já divulgavam a totalização de seis milhões de votos, o TSE ainda não tinha apresentado nenhum número.

Na lembrança de todos estava o caso Proconsult, quando em 1982, na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro, houve uma tentativa de fraude para impedir a eleição do candidato do PDT, Leonel Brizola, que disputava com Moreira Franco então no PDS. Para isso, a central de apuração eletrônica Proconsult criou um "diferencial delta", que somava os votos de Moreira Franco e Leonel Brizola. A diferença a favor de Brizola era registrada a favor de Moreira e desaparecia dos boletins da urna. A fraude foi descoberta e a eleição de Brizola finalmente garantida.

"Não temos motivos para desconfiar de alguma fraude por parte do TSE, nossa preocupação é que o ritmo da apuração oficial é maior do que oficial, isso cria um clima de fraude, e de insegurança. Desta forma, os números oficiais acabam servindo de verdade para o eleitor e se os resultados do TSE não forem idênti-

cos aos que estão sendo anunciados, haverá problemas", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG). Ele não aceitava as informações do porta-voz do TSE de que não havia nenhum problema, principalmente porque àquela altura — uma hora da manhã — os resultados da apuração no exterior já haviam sido divulgados. "Como é que já se sabe os votos de Tóquio e não se tem nem idéia dos votos da Liberdade (bairro japonês em São Paulo).

Por volta de 2h da manhã, o líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa, redigiu uma petição para o TSE informar o motivo real do atraso da divulgação dos resultados no País. O problema é que não havia ninguém para receber o documento. "Estão alegando que existe erro técnico, mas ninguém explica que tipo de erro. Desta forma, estão abertas as portas para que qualquer coisa aconteça", reclamou Vivaldo. Enquanto ele dava essas declarações, os terminais de vídeo — distribuídos por todo o Centro de Convenções para apresentar os números parciais da apuração — informavam que o sistema estava saindo do ar. "A central está sendo desligada neste instante, deveremos voltar brevemente", era o frio comunicado.

Ao mesmo tempo, os advogados do PT e PDT se dirigiam ao Tribunal Superior Eleitoral — onde está instalada a central de computação para exigir explicações. Eles tinham recebido a informação de que o TSE já tinha recebido os números de Piauí, Paraíba, Paraná e Mato Grosso. Os computadores do TSE só teriam aceito a totalização do Piauí,



À espera dos resultados, os jornalistas descansam em meio à maratona

porque nas demais o número de votos era maior do que o de eleitores inscritos. Além disso, eles reclamavam que o Tribunal Regional do Rio de Janeiro até às 21h não havia digitado nenhum número.

Na central de apurações, o porta-voz do TSE, Irineu Tamanini foi convocado pela imprensa para dar explicações. "Não existe nenhuma anormalidade, está tudo ocorrendo normalmente. Os números chegaram à central de computação do TSE. Só não chegaram até aqui". A resposta não convenceu aos jornalistas. "Como é que pode estar tudo normal se são mais de cinco horas de atraso? Deve haver algum erro técnico", insistiram os profissionais de imprensa. "Não tenho nenhuma informação sobre isso, apenas que os números da apuração não conseguiram chegar até aqui", disse Tamanini.

Ao retornar do TSE, às 3h30, o advogado do PT, Artur Obino

Neto, informou que o Serpro estava em reunião para tentar resolver o erro técnico responsável pelo atraso na divulgação de dados. Os computadores da Justiça Eleitoral estavam preparados para receber um determinado número de informações, mas os Tribunais Regionais estavam transmitindo informações excessivas. Por isso, os dados estavam sendo rejeitados. Somente depois que conseguiram detectar as informações desnecessárias, os computadores começaram a realizar a totalização.

Outro problema detectado foi o erro na soma das abstenções. Ao invés de registrar as ausências por seção, os computadores registravam por município. Assim, se em uma seção tinham 500 eleitores e faltavam cinco, em um município com um mil eleitores, no final da totalização esses cinco eram somados aos mil dando uma diferença a mais entre o número de votos e de eleitores inscritos.